



IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO: UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE A FOTOGRAFIA

Joyce Kelly Pescarolo (Professora orientadora do trabalho; Doutora em Sociologia; FAE Centro Universitário; Curitiba-PR). Matheo Bernardino* (Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – financiamento CAPES; Universidade Federal do Paraná; Curitiba-PR). Emília Miranda Senapeschi** (Pós-graduada em Empreendedorismo e Negócios Sociais; FAE Centro Universitário; Curitiba-PR). Fernanda Resende Motooka (Graduada em Psicologia; FAE Centro Universitário; Curitiba-PR). Cayo Vinícius Lemes Vieira*** (Graduando em Psicologia; FAE Centro Universitário; Curitiba-PR).

matheo.bernardino@gmail.com*

senapeschiemilia@gmail.com**

cayovvieira@gmail.com***

Psicologia Social Comunitária, Institucional e Comunitária

Palavras-chave: Psicologia Comunitária e Institucional. Fotografia. Adolescência. Hospital Psiquiátrico. Instituição Total.

Este trabalho é resultado de intervenções e observações realizadas durante as práticas de um estágio em Psicologia Comunitária e Institucional, no ano de 2017, em um hospital psiquiátrico na região metropolitana de Curitiba, dentro da sua unidade de internamento de adolescentes. O objetivo geral foi o de ampliar as possibilidades de intervenção institucional utilizando como instrumento mediador a fotografia. Especificamente, realizou-se análise institucional introdutória, relatos de intervenção e reflexões psicossociais acerca do trabalho com a fotografia em uma instituição. O desenvolvimento do trabalho fotográfico teve autorização da instituição, pacientes e seus familiares.

Os autores desenvolveram atividades na prática que visaram à movimentação dos sujeitos, do individual ao coletivo, na reflexão e (re)construção de suas identidades, envolvendo também suas construções de autoimagem e auto percepção. Mas, além disso, puderam observar em campo o funcionamento da instituição em que estavam inseridos e introduzir uma análise da sua totalidade através de investigação e apontamentos do seu sistema e os seus reflexos sobre os sujeitos lá internados. O grupo se dispôs a trabalhar por meio de recursos fotográficos em três momentos: uma primeira fotografia e entrevista com os pacientes novos; em segundo momento, conversa e construção das fotos de pré-alta; e, por fim, a realização de um grupo voluntário para a exposição e reflexão sobre as fotografias e atividades com desenho e música.

Tratando-se de uma população adolescente que vem de situações de risco e violência, compreendendo que essa se encontra em desenvolvimento biopsicossocial, fato que, segundo Levisky (2001, p. 3) “os tornam vulneráveis e receptivos aos estímulos externos, uma vez que buscam no



meio externo modelos identificatórios para a formação de sua identidade”, uma prática voltada a sua construção identitária se faz mister para o estímulo de seu desenvolvimento enquanto sujeitos diferenciados e cidadãos de uma comunidade.

Para que o psicólogo possa se inserir adequadamente no âmbito institucional deve estar focado na totalidade da instituição, como um assessor, demarcando objetivos de sua tarefa na instituição, aceitando ou não os objetivos dela e os meios de conquistá-los e deve diagnosticar objetivos mais específicos, realizando um enquadramento da instituição. Tudo isso para que seja capaz de promover a psico-higiene, ou seja, “conseguir a melhor organização e as condições que tendem a promover saúde e bem-estar dos integrantes da instituição” (Bleger, 1984, p. 43).

Porém, essa empreitada nem sempre é fácil, já que a instituição em questão se trata daquilo que Goffman (1974) define como *instituição total*. Tal autor considera que uma instituição total é aquela que impõe uma barreira para o sujeito residente nela, fechando-o e isolando-o do mundo externo, com outro grande número de pessoas e por um longo período de tempo.

Goffman (1974, p. 22) explica que

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (Goffman, 1974, p. 22)

Ainda que existam diferentes tipos de instituições totais, todas elas possuem semelhanças em seu funcionamento. Tendo em mente que um sujeito em sociedade possui a liberdade de, muitas vezes, dormir, trabalhar e se divertir em diversos lugares, com diversas pessoas e diferentes relações, Goffman (1974, p. 17) observa que “o aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida”. Essa ruptura se dá de tal modo que todas as suas atividades se dão em um mesmo local, em submissão a uma mesma autoridade institucionalizada, obrigatoriamente em conjunto de outras pessoas e sob o domínio de um sistema fechado de rotinas e atividades determinadas pela instituição (Goffman, 1974).

Neste sentido, compreende-se que acontece nesse ambiente o que Foucault (1975) chamou de docilização e adestramento dos corpos. Horários rígidos, ordem, rotinas pré-definidas pela equipe e até um “recrutamento” de sujeitos internados para que auxiliem na manutenção da instituição total (Goffman, 1974). Dentro do hospital psiquiátrico onde esse estágio foi realizado, foi possível observar justamente essa rigidez rotineira que dilacera a autonomia e a autenticidade do eu do sujeito internado. Durante todos os dias existe uma programação pré-definida: de manhã tem hora para tomar café e escovar os dentes, um tempo para a realização de acompanhamento com os



profissionais, almoço, horário livre, banho e troca de roupas, bem como horário e ordem para a organização de filas e lazer. Tudo é devidamente controlado e toda a desordem é controlada, via imposição de autoridade e abuso de poder ou contenção medicamentosa.

Quando chega um sujeito novo no ambiente da instituição total, traz consigo uma bagagem de experiências emocionais, mentais, culturais e sociais e possui certo funcionamento psíquico único e individual. Entretanto, como observa Goffman (1974, p. 24), ao longo da sua permanência “começa a passar por algumas mudanças radicais em sua carreira moral”. Já na sua entrada, é destituído de tudo aquilo que lhe conferia personalidade e história (Goffman, 1974). Roupas, cabelos e nome são só algumas das perdas do sujeito quando é internado. Ainda que na instituição onde foi realizada a prática deste estágio os sujeitos permaneceram com cabelos e nomes, as roupas são uniformizadas. Então, o sujeito, no início do seu internamento, identifica-se enquanto produto da sua cultura pregressa. Mas, durante sua estadia na instituição total, sofre um desculturação, vai perdendo sua identidade e, segundo Goffman (1974), tem o seu eu lentamente mortificado, perdido.

Esse indivíduo pode não apenas se perder em si e “morrer” para a sua existência e seu eu, apático e entregue à violência sofrida com o internamento, mas também pode ser agressivo ou ainda ser colonizado à instituição, submetendo-se a sua cultura, imbricando-se nela (Goffman, 1974). Todas essas reações foram observadas na prática: pacientes arrastando-se dopados pela ala, com falas e expressões desmotivadas e “mortas”; alguns desafiando a autoridade da equipe ou agredindo-se mutuamente; outros envolvidos pela cultura institucional e até mesmo desejando fazer parte do corpo profissional.

Goffman (1974) também esclarece que o grupo de internados em instituições totais possui certo tipo de código e comunicação interna e está permeado por “ajustamentos secundários” que possibilitam essa união entre os sujeitos. Daí surgem panelinhas, pares, ligações afetivas de dependência, entre outras. Tais ajustamentos secundários podem ser realizados, inclusive, por favores dos mais diversos tipos, como uma negociação de produção com origamis ou troca de prazeres sexuais, como observado no campo de atuação. Além disso, esses tanto acontecem entre os internados quanto na relação internado-equipe.

Com relação ao mundo da equipe dirigente dentro de uma instituição total, Goffman (1974) descreve que os sujeitos dirigentes possuem um status importante, por possuírem autoridade e a chave de acesso ao mundo externo. A equipe dirigente se presentifica na onipresença, exercendo um controle simbólico, como pode representar o uso do jaleco para caracterizá-los internamente, o sigilo de informações acerca das diretrizes do tratamento e também podemos analisar o emprego de sistemas de câmeras, que conforme indica Foucault (1987), servem ao esquema de controle que almeja ser panóptico. Compreende-se, assim, que a equipe reforça em suas ações a barreira de isolamento



criada pela instituição total, na medida em que isola o paciente da realidade do mundo externo atinge-o por meio do corpo - que então passa a ser o principal correspondente da “institucionalização” experienciando seus efeitos diretamente: a instituição empreende ao corpo mecanismos de “correção”, fortalecendo os diversos esquemas de controle do corpo e do ser dos internos.

Goffman (1974) também fala sobre o discurso de fachada das instituições, que foi percebido durante a atuação no hospital. O local se mostrou totalmente aberto e disposto a nos acolher na primeira visita, sempre pensando no melhor para os pacientes. Porém, essa abertura logo se transformou em uma sucessão de “boicotes”: em um momento, não podíamos fazer intervenções porque era necessário primeiro fazer algumas visitas de observação, e, depois, um projeto precisou ser elaborado para que fosse analisado e aprovado por membros da equipe. Mas, não era só isso.

Após o projeto aprovado e liberado para que pudéssemos colocá-lo em prática, surgiram dificuldades em relação a horários, reservas de salas e disponibilidade dos pacientes para participarem do projeto. Em relação à disponibilidade dos pacientes, essa ocorria por dois motivos: primeiro, o hospital aceitou diversos grupos de estágio de diferentes faculdades e, com isso, em alguns dias havia mais estagiários que pacientes. Do nosso ponto de vista, essa abertura para tantas pessoas é mais uma forma de inviabilizar que um trabalho mais aprofundado seja feito. Segundo, é que a equipe, mais precisamente os disciplinadores, ocupavam os pacientes com atividades das quais eles não podiam se retirar e passavam longos períodos ocupados, de modo que não podíamos realizar as atividades programadas.

Esses obstáculos nos deixaram receosos e desanimados com o projeto e foi necessário repensar e definir novas estratégias para seguirmos em frente. Assim, o desgaste psíquico pairava sobre as nossas expectativas iniciais. Desta forma, a fachada foi ruindo ao longo do tempo e, após algumas visitas, já percebemos o ambiente controlador e opressor que ali prevalece para todos, envolvendo os profissionais e reverberando para todos que estão naquele ambiente, tanto pacientes quanto estagiários.

Os pacientes entram no sistema com suas crenças e valores externos, mas, na medida em que são submetidos ao processo de institucionalização, seus corpos passam a serem alvos de intervenções de correção. Então, passam a experienciar o isolamento do mundo externo, a desapropriação de objetos particulares/familiares e, conseqüentemente, sofrem um distanciamento da própria identidade, como, por exemplo, a deterioração da autoimagem, ao submeterem-se às exigências higienistas institucionais que desapropriam o sujeito de caracteres particulares, como o uso de adereços e manutenção de estilo de cabelos.

Em sua entrada, permanecem isolados em uma sala que possui uma janela de espelho voltada para a sala da enfermagem. Dessa forma, a equipe pode ter controle sobre o paciente de modo absoluto,



o que reforça a sensação e o sentimento de submissão desse. Após o paciente sair desse isolamento, ele é orientado pelos outros internos sobre como deve se comportar para que não volte àquele. Além do mais, os remédios utilizados podem ser considerados outra forma de controle da subjetividade, também por meio do corpo, que passa a ser ingerido e controlado, garantindo à equipe dirigente a manipulação e controle do espaço institucional em prol do bem comum da instituição, que retrata, não movimento de mudanças em prol da subjetividade humana, mas de emperramento e mortificação.

Percebemos que as questões de identidade não são trabalhadas, pois todos ali estão no coletivo e confundem-se nele. Aparentemente, os profissionais se esquecem de que ali estão trabalhando com pessoas que possuem suas individualidades. Assim, não valorizando o ser como único, mas desvalorizando-o em sua coletividade. Desse modo, a intervenção por meio da fotografia visou (re)captar o olhar sobre a construção das identidades desses sujeitos, individual e coletivamente.

Segundo Sato (2009), a fotografia pode atuar como intermédio entre o pesquisador e o pesquisando, a fim de se construir um processo de visibilidade ao grupo em questão. A autora se refere ao contato, a convivência e a observação como ferramentas prioritárias para o trabalho no campo da psicologia social. Também reconhece a necessidade de contribuição interdisciplinar de demais ciências humanas, como a antropologia e a sociologia, a fim de atingir uma observação que englobe a subjetividade e o imaginário. Faz, também, uma reflexão a respeito da sua posição na dinâmica do projeto fotográfico que desenvolveu com os trabalhadores de uma feira livre em São Paulo, capital. Segundo ela, a experiência também a possibilitou ser olhada e ouvida pelos feirantes.

Aplicando-se ao contexto do nosso projeto no hospital, podemos dizer que compartilhamos da mesma experiência. Obviamente, o foco do nosso trabalho era realizar uma escuta profissional e conhecer um pouco da realidade dos adolescentes, levantar questões referentes à dinâmica familiar, o vínculo com a educação, as amizades, a relação com a droga e a função que ela desempenha na vida desses jovens, estimulando novos movimentos identitários.

Entretanto, não havia como passarmos despercebidos, visto que a relação se deu por meio do contato direto. A fotografia foi imprescindível para se estabelecer esse vínculo e desempenhou uma função de intermédio entre a linguagem verbal e a linguagem corporal. Para Achutti (1997 como citado em Sato, 2009, p. 222), a fotografia, como uma linguagem, pode ser definida como um “recurso narrativo autônomo na função de convergir informações e significações a respeito de uma dada situação social”.

Sato (2009) traz uma reflexão muito válida para o nosso trabalho. Para a autora, a fotografia não apenas reafirma o que já é conhecido para o grupo fotografado em questão, mas também possibilita novos olhares, percepções e reflexões sobre os indivíduos e partindo dos próprios: como se a fotografia revelasse, trouxesse para luz da consciência conteúdos que habitavam a sombra.



Talbot (1969 como citado em Patrasso, 2012, p. 2) aborda a fotografia “como uma forma da natureza expressar a si mesma”. Se a fotografia reproduz o natural de modo preciso, seria sua consequência expressar o que está contido na realidade? É verdade que o que está em foco frente a câmara fotográfica encontra correspondente direto na realidade, conferindo a fotografia uma “dupla” exposição da realidade e do passado que se encontra no momento presente, uma exposição de cada lado da câmara coexistindo num mesmo espaço e tempo (Patrasso, 2012).

A natureza captada pela câmara nada tem de similaridade com a natureza do real, embora seja um prolongamento dessa. A fotografia registra o encontro do passado com o aqui e agora, seguindo uma métrica específica do fotógrafo(a), exigindo-o um posicionamento estético na realidade consciente, em que ele vê e também pode ser visto. Ora, se afirmamos aqui que compreende a fotografia uma imagem do real, destacando a atividade métrica e estética do fotógrafo, sugere-se então um enquadre sobre o natural. Diferentemente da visão humana, a fotografia compreende apenas um recorte da realidade externa, conferindo-lhe um caráter ‘ilusório’, que não revela a realidade enquanto totalidade, mas sim um recorte selecionado segundo as próprias intenções do ser, podendo ainda ofuscar o real ou até mesmo ocultá-lo (Patrasso, 2012).

A fotografia reproduz e conserva em si a originalidade do real, ainda que possa sofrer distorção de seu enquadre e ser influenciada pelo fotógrafo. A correspondência dessa realidade não é contrária ao que aqui chamamos de ilusório, mas representa uma contrariedade às luzes da razão. A imagem produto da fotografia integra o tempo passado e o presente, porém seu enquadramento estético encontra sentido mediante um deciframento, ou seja, uma interpretação (Patrasso, 2012).

Ainda, Patrasso (2012, p. 6) observa que “a fotografia, por ser efeito de linguagem, funciona como qualquer outro produto de formação inconsciente tal como sonhos, chistes e o ato falho. Nesse sentido, supomos que a fotografia pode ser reveladora enquanto produção da verdade”. A imagem produzida pela fotografia não só possui um significante na realidade capturada do aqui e agora, como carrega intenções não só do sujeito que fotografa como no sujeito que é fotografado, necessitando de um desvelamento posterior e subjetivo de se representar uma verdade. Mas, de qual verdade estamos falando? Da verdade de quem se fotografa. Assim, as fotos realizadas durante a intervenção correspondiam à entrada e ao internamento trazendo consigo características peculiares de cada sujeito fotografado, impossível de ser representado de maneira geral. Essa impossibilidade de se padronizar a imagem ainda que a atividade do fotógrafo exija a métrica estética que a técnica da fotografia lhe impõe, correlaciona-se aqui a um importante aspecto abordado por nossa ciência: a dimensão subjetiva humana, que lhe garante posição única diante do mundo e acima disso o registro do que é ‘natural’ de um ser humano (Patrasso, 2012).



As fotos iniciais eram padronizadas em preto e branco. Essa distribuição de camisetas de cores únicas e neutras foi realizada no esforço estético dos fotógrafos para diminuir a quantidade de estímulos que as estampas das camisetas que os internos vestiam trariam a totalidade da imagem. Já as fotos de saída, que eram realizadas em um segundo momento do internamento, eram coloridas e era conferida ao interno a liberdade de posar como quisesse, bem como na companhia de algum outro interno da unidade ou funcionário da instituição.

Nos grupos de devolutivas das fotos que incluíram as práticas, foi permitida a livre manipulação dos retratos revelados de modo compartilhado. Tanto a participação nas fotos quanto no grupo era de caráter voluntário, o que não representou maiores dificuldades para o grupo de estagiários, obtendo-se grande adesão por parte do grupo de adolescentes internos. A experiência de manipulação do autorretrato foi bem recebida pelo grupo. A interpretação do sentido que estava para além da imagem foi construída em grupo e individualmente, onde os estagiários perguntavam aos internos correspondentes o que eles estavam vendo na imagem apresentada. As respostas foram das mais variáveis possíveis, acerca de características físicas e concepções pessoais. Além disso, houve múltiplas intersecções de interpretações do grupo, de modo geral.

A técnica da fotografia foi utilizada na prática de estágio como meio para resgatar a temática abordada pela psicologia social, comunitária e institucional acerca das concepções identitárias dos internos que, ao sofrerem o processo de institucionalização, são desprovidos de todo e qualquer objeto pessoal que lhe faça referência a sua existência singular. A fotografia, tal como a linguagem, submete-se aos ordenamentos do inconsciente e está sujeita às suas próprias regras e articulações, portanto deve ser reconhecida como veículo substituto à fala ou então anexo a ela.

Essa prática foi um desafio único e considerável na nossa jornada, mas, certamente, essencial na nossa construção acadêmica. Por meio dessa inserção, pudemos compreender mais da atuação do psicólogo nesse meio, bem como dos sistemas institucionais e seu funcionamento. Talvez o mais notável poder (e obstáculo) durante tal estágio brotou do seio da instituição hospitalar psiquiátrica. Observamos em campo o que Goffman (1974) compreendia há muito: os poderes de uma instituição total recaem sobre o eu, até mortificá-lo. E não só o observamos, mas o sentimos em nós, barrando nossas ações.

Pode ser extremamente frustrante atuar contra a corrente desse sistema. Houve momentos em que o desejo era de desistência, mas as reflexões críticas nos foram trazendo consciência para esse enfrentamento. Ainda que limitados, fizemos o possível e procuramos conhecer mais claramente não só a instituição, mas o sujeito inserido nela. Cada um daqueles olhares, muitas vezes perdidos sob o teto de um ambiente aprisionador, falava mais do que palavras.

A construção do relacionamento com o grupo de adolescentes é que foi a força para que continuássemos nadando contra a correnteza. Cada desafio imposto nos movia a pensar em como



poderíamos, de alguma forma, estimular um movimento de transformação naqueles sujeitos. E é a isso, afinal, que a psicologia comunitária se propõe.

Ao passo que fomos criando aberturas para trabalhar a identidade através da fotografia e das expressões artísticas com música e desenhos, os internos revelavam sua história e seus sentidos singulares e peculiares, enriquecendo os nossos encontros. Cada pequeno gesto do grupo local durante essa inserção foi motivador das nossas ações. De tal modo que perseveramos até a finalização do nosso compromisso, ainda querendo realizar mais, mas satisfeitos pela oportunidade de crescimento.

Após a finalização do estágio final de graduação, esse trabalho foi transformado em projeto de extensão vinculado à FAE – Centro Universitário e continua acontecendo, com as devidas adaptações. Questionamentos acerca das possibilidades de intervenção institucional e comunitária por intermédio da fotografia continuam a surgir e novas reflexões estão sendo produzidas. Acreditamos que o recurso fotográfico possa ser utilizado como um mobilizador no desenvolvimento das identidades da população institucionalizada e pode facilitar ações em outros contextos comunitários.

REFERÊNCIAS

- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1975). *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Levisky, D. L. (2001). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. Recuperado de <http://www.davidleolevisky.com.br/artigos/Adolesc%EAncia%20e%20viol%EAncia-Fepal.pdf>
- Patrasso, R. (2012). *Além do visível: a fotografia e ótica da psicanálise* (Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-19032013-150518/pt-br.php>
- Sato, L. (2009). Olhar, ser olhado e olhar-se: notas obre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 217-225. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v12i2p217-225